



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

A política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro e a crise da ONU

o backlash é também verde e amarelo
Matheus de Carvalho Hernandez

Como citar: HERNANDEZ, M. C. A política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro e a crise da ONU: o backlash é também verde e amarelo. *In:* BARBOSA, J. R.; HERNÁNDEZ, O. A. P. (org.). **Extremismos políticos e direitos:** Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 149-166. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p149-166>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 6

A POLÍTICA EXTERNA EM DIREITOS HUMANOS DO GOVERNO BOLSONARO E A CRISE DA ONU: O BACKLASH É TAMBÉM VERDE E AMARELO

*Matheus de Carvalho HERNANDEZ*¹

“A política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro e a crise da ONU: o *backlash* é também verde e amarelo”. Antes de entrar exatamente na discussão, como meu lugar de fala é dos estudos sobre a ONU, gostaria de pontuar rapidamente quais são os fatores pelos quais a ONU se faz importante na governança global e nas relações internacionais para que possamos também entender o que significa dizer que a ONU está em crise ou que o sistema de direitos humanos, que é o meu tema mais especificamente, está em crise.

A ONU é importante por diversas características. Elenquei alguns fatores, entre eles a promoção de normas como orientação de

¹ Professor de Relações Internacionais e do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Dourados, M.S. e-mail: matheushernandez@ufgd.edu.br <https://orcid.org/0000-0003-3384-4982>.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p149-166>

comportamento: não necessariamente são normas vinculantes a que os Estados se obrigam a seguir juridicamente, no entanto, a ONU cria guias de comportamento, ela cristaliza consensos mínimos a respeito de algumas temáticas, orienta comportamentos com suas normas internacionais formadas pelos próprios Estados. Além disso, a ONU com o passar do tempo, foi se tornando um referencial de legitimidade, especialmente o seu sistema de Direitos Humanos, ou seja, o país que é visto como mais respeitador de direitos humanos tanto internamente tanto como na sua promoção externa, é visto com maior legitimidade, tanto no sentido mais normativo, mas até às vezes em disputas internas de políticas públicas. Vemos no Brasil e em outros países muitas vezes os atores políticos e sociais, para se validar um dado e para que ele carregue alguma aura de veracidade ou de isenção, recorrerem aos dados produzidos pela ONU, seja para tratar do Bolsa Família, do avanço do combate à fome e até questões de investimentos. Assim, a ONU possui essa faceta de **legitimidade**, quando a crise se instaura, também se instaura sobre isso.

A ONU é muito importante para institucionalizar práticas, institucionalizar fóruns, agendas, ela cria espaços e ela também é formada por um corpo burocrático. Ela não é apenas o encontro dos países, ela também possui funcionários que também não são exatamente neutros. Muitas vezes eles se valem dessa reivindicação de neutralidade ou de isenção como capital político e se valem mesmo, mas eles possuem também agendas, como bem já mostrou Finnemore e Barnett (2004). Especialmente em órgãos de direitos humanos, via de regra, são funcionários que são, digamos, pró direitos humanos. Então, quando é colocado que a ONU está em crise também se está pensando em uma crise no nível **organizacional**. E, por fim, em sua faceta mais visível, a ONU é uma câmara, um eco que ressoa o multilateralismo, hospedando o encontro coletivo dos atores para negociações, para que essas negociações sejam feitas minimamente mediante regras comuns. Assim, quando falamos em crise, no mínimo, esses fatores estão sendo atingidos e questionados: **normativa, organizacional/ institucional e multilateral**.

A definição que o ex-embaixador Gelson Fonseca (2008) atribui para a ONU é oportuna. Ele diz que a ONU trafega ou circula, tenta

se equilibrar entre o interesse e a regra, ela tenta se equilibrar na tensão entre o egoísmo de base nacional (ou até de egoísmos de atores que não necessariamente são nacionais, como corporações transnacionais, agentes privados) e um certo ideal difuso da comunidade internacional. E, apesar de seu lugar “artificial”, esse lugar possui um capital político, esse lugar político está sempre em disputa. Não é que necessariamente um país queira ocupar esse lugar, mas muitas vezes um aglomerado de países ou até não necessariamente países querem retirar a ONU desse lugar, desse lugar entre o interesse e a regra. Então, a crise atual se dá também por atingir esse âmago, esse lugar peculiar e o Brasil atual é um propagador dessa crise, é um promotor dessa crise. Essa doutrina (que não sei nem se podemos chamar exatamente de doutrina), que é seguida atualmente pelo Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, de inspiração olavista e “anti-globalista”, contesta esse lugar da ONU, assim como se contesta o lugar das agências da ONU, das organizações correlatas.

Podemos observar atualmente que a política externa brasileira vem contestando esse lugar de fala da OMS, por exemplo, podemos ver que o ataque se dá nesses flancos, na tentativa de deslegitimar, de tirar potência, de algo que nem é muito potente, que possui várias contradições, em uma leitura mais estrutural, poderíamos falar por várias horas das contradições, das iniquidades ou das assimetrias que a ONU incorpora e cristaliza, desde as mais visíveis, como o Conselho de Segurança com seus poderes de veto, até um desequilíbrio orçamentário entre os pilares da ONU e por aí vai. Não concordo que o Ernesto Araújo seja um louco, essa linhagem de política externa não é baseada na insanidade, na loucura, na irrazão total, na ausência de lógica. Nesse sentido, é preciso fazer um esforço compreensivo, ainda que não concordemos e que a vejamos com muitos problemas, em relação à política externa brasileira atual.

Na busca de tentar compreendê-la, eu diria que há uma dimensão valorativa e há uma dimensão estratégica da atual política externa, elas se alimentam, se relacionam, não são exatamente a mesma coisa, mas elas estão muito articuladas nessa atuação do Brasil internacionalmente, com um foco maior no sistema de direitos humanos da ONU, sendo essa minha área. Não estou fazendo uma separação estanque entre a dimensão

valorativa e a dimensão estratégica, elas se relacionam dialeticamente, estou fazendo apenas uma separação mais didática.

Mas, na dimensão que chamei de valorativa podemos observar uma cruzada “antiglobalismo”. Fiz até uma brincadeira com um trocadilho entre pátria livre e pária livre, pois recentemente em um evento de formatura de novos diplomatas, o Ernesto Araújo criticou a atuação do Itamaraty em governos anteriores e, ao fazer essa crítica, ela fala que se o que estivermos fazendo atualmente for algo pária, que sejamos pária então (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Isso não é uma afirmação trivial, pois, na concepção valorativa do Ernesto Araújo, isso que o Brasil vem fazendo é uma defesa da soberania brasileira. Ele lembra com convicção dos discursos de abertura da Assembleia Geral da ONU de 2020, na qual, segundo ele, só dois presidentes falaram em liberdade: Trump e Bolsonaro.

É uma política externa que pretende destruir aquilo que já foi feito e, para se remeter a alguns elementos conservadores ou até retrógrados da política externa brasileira, ele afirma “Sim, o Brasil hoje fala de liberdade através do mundo, se isso faz de nós pária internacional, então que sejamos esse pária” (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Portanto, o chanceler, que defendeu que é bom ser pária, tem realmente uma estratégia de descolamento, de desengajamento ou de libertação, na nova língua do Ernesto Araújo, daquilo que ele identifica como globalismo, essas forças de destruição de valores tradicionais da nação como família, isso tem e terá sérias consequências para os direitos humanos, como veremos adiante. Além disso, eles reivindicam que estão obtendo resultados, nem sempre é visível, pois aos nossos olhos não estão obtendo resultados, mas é preciso pensar, fazer o esforço de pensar quais são os resultados que ele está vislumbrando, que ele vislumbra como um bom resultado.

Mas, além da dimensão valorativa, a política externa brasileira atual também tem uma dimensão que, por falta de um nome melhor, chamei de dimensão estratégica. Observando a atuação do Brasil nos fóruns internacionais de direitos humanos desde a eleição do Bolsonaro, o que eu observo é uma tentativa explícita, muito constante e muito pronunciada de se valer da política externa e do seu peculiar insulamento (comparado com outras políticas públicas de outros ministérios) para fins eleitorais,

isto é, se valer dessa plataforma internacional que recebe pouca atenção do legislativo brasileiro, comparado com outros países, para fidelizar o eleitorado doméstico.

A atuação do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU atualmente representa fidelização do extrato doméstico que apoia o governo Bolsonaro. Podemos ver nas notícias que eu trouxe nos slides para ilustrar meus argumentos, são trechos sobre a Anajure – “Os superpoderes da Anajure, a associação de juristas evangélicos que quer um Brasil teocrático” (THE INTERCEPT, 2020). Todo o meu respeito à crença de cada um, seu credo, a fé das pessoas, mas estou falando aqui do ponto de vista institucional e político. A Anajure é a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos, é uma entidade fundada pela Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves que, apesar de não ser ministra das relações exteriores, possui uma atuação internacional destacada nas posições brasileiras em matéria de direitos humanos².

A Anajure vem tentando influenciar dentro do governo de variadas maneiras: na indicação de cargos para o judiciário, para o MEC (basta ver o atual ministro), o próprio André Mendonça no Ministério da Justiça. Assim, além de avançar nessa área jurídica, a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos vem exercendo uma forte influência sobre o Itamaraty, ela vem atuando para tentar usar o internacional, as instâncias internacionais para defender o cristianismo que, segundo eles, é perseguido no Brasil e no mundo. É assim que podemos entender a expressão “cristofobia” que Bolsonaro usou no último discurso da Assembleia Geral da ONU (ONU News). Com isso, a Anajure vem alçando lugares que antes eram “reservados” a ONGs pró direitos humanos, que não é exatamente o caso da Anajure. Vale dizer que a Anajure goza atualmente de assento na Organização dos Estados americanos - OEA, e agora com a ajuda do Itamaraty, que tem feito um lobby diplomático junto ao Conselho Econômico e Social da ONU, vem tentando conquistar o status consultivo junto à ONU, o que dará direito de participar ativamente na produção de documentos e participar de reuniões dos fóruns de direitos humanos da ONU. A Anajure ainda não obteve êxito junto à ONU, especialmente porque a China acendeu

² Para mais detalhes: <https://anajure.org.br>.

o alerta e vem barrando, questionando e dificultando a obtenção deste credenciamento (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2020).

Por isso, argumento que existe uma dimensão estratégica, existiu uma parcela expressiva do voto religioso no Brasil que foi para o Bolsonaro e ainda constitui sua base de apoio, lógico que não há um bloco político, aqui eu me refiro justamente ao bloco de apoio, não estou aqui tentando simplificar de maneira nenhuma esse extrato que muitas vezes é chamado de voto evangélico ou de voto religioso, mas o voto que é religioso e que foi para o Bolsonaro e constitui a sua base de apoio se regozija, se alegre, se anima com esse tipo de posicionamento que o Brasil vem tendo internacionalmente nos fóruns de direitos humanos da ONU.

Trouxe aqui também um conceito que é muito discutido na literatura sobre direitos humanos, que é a noção de *backlash*, que podemos chamar de um processo de retrocesso. Essa literatura vai trabalhar e dizer que os direitos humanos estão sofrendo um *backlash* (HOPGOOD; SNYDER; VINJAMURI, 2017). E minha ideia é mostrar como o Brasil participa, incentiva e é parte desse *backlash*, ou seja, como há uma resistência deliberada e sistemática aos direitos humanos como projeto deliberado, como uma linguagem conduzida por aqueles que se sentem ameaçados pelas conquistas de direitos de outros grupos.

E, é preciso frisar as dimensões materiais, as dimensões de poder, então não é apenas um “sentimento” de resistência aos direitos humanos, mas é uma resistência deliberada por aqueles que se incomodam e possuem poder para resistir a eles, que é o caso ao qual estamos assistindo agora no Brasil. Aqueles que se ressentem dessa linguagem de direitos humanos, desse projeto, estão no poder do ponto de vista simbólico e do ponto de vista material. Mas então como os atores que animam, que operam esse *backlash* fazem, quais são as táticas? Eles fortalecem bases domésticas por meio da (i) mobilização de valores alternativos ou eles (ii) criam interpretações que ignoram direitos humanos, ou eles (iii) reinterpretam demandas por direitos de um modo que não conflite com prerrogativas soberanas (entendida aqui de forma bastante retrógrada, mas instrumental, e não como soberania popular, de participação popular), e, por fim, (iv) ainda

na criação de contra normas, de normas que conflitam com os direitos humanos em termos internacionais.

Então, qual é o *backlash* no sistema de direitos humanos da ONU? Como ele vem se manifestando e como o Brasil participa de tal processo?

Para fins didáticos, eu destrinchei a crise em um tripé, uma crise **normativa**, uma crise **organizacional/institucional** e uma crise que eu chamei de **multilateral**. É uma divisão artificial, claro, e nós poderemos ver como tudo isso se relaciona com aquilo que apresentei sobre o *backlash* e o fortalecimento de bases domésticas, a criação de interpretações que ignoram os direitos humanos, a reinterpretação de demandas e, por fim, a criação de contra normas.

Sobre a **crise normativa**, eu trouxe um exemplo, em que se contesta ou até se ressignifica linguagem. Alguns governos de extrema direita de orientação anti-democrática se juntaram, entre eles o Brasil³, os Estados Unidos, o Egito, a Hungria, a Indonésia e Uganda, se articularam e criaram aquilo que eles chamam de Declaração do Consenso de Genebra, que nada mais é que uma declaração baseada em uma leitura bastante conservadora de pautas que são caras à agenda de direitos humanos, como a saúde da mulher e o fortalecimento da família. Podemos notar que o nome da declaração não possui a expressão direitos humanos.

Estou falando de algo muito recente, o *banner* de lançamento da declaração é de 22 de outubro de 2020, então a gente pode notar como o Brasil está se articulando e, dessa forma, participando ativamente desse *backlash*, incentivando, alimentando e colocando combustível nessa resistência às normas de direitos humanos, que incluem direitos civis e políticos, mas incluem direitos econômicos, sociais e trabalhistas, questões que tocam dimensões sanitárias, saúde e educação, que mexem com o bem-estar da população, inclusive, diretamente do ponto de vista material, então podemos ver que o tipo de participação que o Brasil vem tendo é obviamente contraproducente, mas condizente com a linhagem de uma política externa que pretende de forma deliberada destruir aquilo que

³ Ver: <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/the-geneva-consensus-declaration-virtual-signing-ceremony-october-22nd-2020>.

vinha sendo anteriormente feito. Essa declaração, vale dizer, deriva de uma iniciativa (que foi noticiada, mas acho que não com a visibilidade que merecia) de Mike Pompeo, Secretário de Estado do governo Trump⁴. Ele iniciou um projeto de uma Comissão de Direitos Inalienáveis que, nada mais é em português claro, que uma ressignificação muito retrógrada que se remete ao entendimento do direito natural do que são os direitos humanos (COMMISSION ON UNALIENABLE RIGHTS, 2020).

Como podemos ver, então, eles dizem que estão formulando uma nova visão de direitos humanos que priorize liberdade religiosa, direito de propriedade e vida, um entendimento muito conservador de vida, a propósito. Eles dizem que é preciso se fixar apenas em direitos muito mínimos que sejam consensuais para todo mundo (Commission on Unalienable Rights, 2020). Ao fim e ao cabo, eles estão tentando refrear a característica expansiva da agenda de direitos humanos, pois, segundo eles, quando se abre, se expande a agenda de direitos humanos, ocorrem os dissensos. Assim, quando os grupos, por exemplo, LGBTQIA+ conquistam a agenda de direitos humanos da ONU e fazem disso uma pauta legítima (RODRIGUES; HERNANDEZ, 2020), na visão dessa comissão de direitos inalienáveis e que inspira essa Declaração do Consenso de Genebra da qual o Brasil é um dos principais promotores (especialmente após a derrota de Trump), se “politiza” e se dissemina o dissenso. Então, a saída deles para a construção do consenso não é como já muitas vezes foi prática da diplomacia brasileira, isto é, a negociação a fim de tentar encontrar zonas de sobreposição a respeito de como expandir essa agenda e proteger mais pessoas, promover mais direitos para que essas pessoas sejam humanizadas, no melhor sentido do termo. Não é essa a solução proposta pelos Estados Unidos (então de Trump) e pelo Brasil. A solução proposta é, ao contrário, restringir a definição de direitos humanos, torná-la diminuta e enrijecê-la e, com isso, obviamente, deixar para trás uma série de atores sociais, individuais e coletivos, deixando-os não respaldados e não resguardados pelas normas internacionais de direitos humanos.

⁴ Ver: <https://www.hhs.gov/about/news/2020/10/22/trump-administration-marks-signing-geneva-consensus-declaration.html>.

Neste sentido, começamos a entender de onde vêm notícias como as que o Jamil Chade vem veiculando⁵, como, por exemplo: “Com pé no Brasil, lobby antiaborto dos EUA gastou R\$ 1,6 bi pelo mundo”, o que mostra como essas fontes de financiamento vêm, como colocado pela OpenDemocracy, de 28 entidades cristãs dos Estados Unidos com livre acesso ao governo Trump e que se mantêm com extremo contato com organizações brasileiras, até mesmo com Damares Alves e Ernesto Araújo (CHADE; TREVISAN, 2020; OPENDEMOCRACY, 2020).

Estamos então falando de uma política externa que possui, sim, uma estratégia. Não se trata de insanidade, se trata de estratégia, ainda que não concordemos, existe, sim, uma estratégia, uma coalizão sendo formada. Trago outra notícia aqui, não só pelo seu título “Aliança antiaborto proposta pelos EUA com apoio do Brasil afronta direito das mulheres”, mas porque as três autoras são de ONGs tradicionais de direitos humanos brasileiras (ASANO; CORREA; KANE, 2020). Peço que guardem essa informação, pois mais a frente veremos o que o Brasil vem fazendo em matéria de ONGs de direitos humanos, aqui temos ONGs como Conectas, Ipas, Observatório de Sexualidade e Política, que são ONGs historicamente ligadas aos direitos humanos e pautas progressistas e, como tais, são opositoras dessa política externa atual. Assim, veremos onde deságua a estratégia da política externa brasileira atual para tentar enfraquecer também esse flanco de atuação pró direitos humanos.

Afirmo que não era apenas uma crise normativa, mas uma crise **institucional/organizacional**, que tentei aqui dividir como uma *deslegitimação eminentemente política* e um *constrangimento orçamentário*. Para ilustrar brevemente a deslegitimação política, eu elenquei apenas alguns episódios, sendo o primeiro quando a atual Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, se pronunciou dizendo que o Brasil vinha perdendo espaço democrático e encolhendo o espaço para atuação da sociedade civil, o que é uma grande verdade, tendo em vista que, desde o começo do governo Bolsonaro, se vislumbrou que o então ministro General Santos Cruz iria de alguma maneira monitorar as ONGs (HERNANDEZ, 2019; O GLOBO, 2019). Vimos isso acontecendo na

⁵ Para vários exemplos: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/>.

COP, com a ABIN monitorando ativistas que participavam da conferência do clima (ESTADÃO, 2020a).

Os exemplos são muitos sobre o encolhimento do espaço para atuação de organizações populares, da sociedade civil, movimentos sociais, mas Bachelet fez essa observação de que havia esse encolhimento do espaço para atuação da sociedade civil e a resposta que Bolsonaro deu ganhou muita notoriedade, pois ele diz que “ela só esquece que o país não é Cuba graças aos que tiveram coragem a dar um basta na esquerda em 63”, e, como é o Bolsonaro, podemos ainda notar em sua fala sempre um toque de crueldade, “entre esses comunistas o seu pai”, ele ainda complementa que “quando tem gente que não tem o que fazer vai lá pra cadeira de direitos humanos da ONU”. O detalhe é que o pai de Bachelet foi torturado e morto pela ditadura chilena, uma fala, portanto, que ultrapassa qualquer limite de humanidade, qualquer limite diplomático. Mas resalto ainda esse trecho final: “quando tem gente que não tem o que fazer vai lá pra cadeira de direitos humanos da ONU”, o que Bolsonaro faz ao dizer isso é deslegitimar politicamente esse sistema (HERNANDEZ, 2019).

Outro exemplo é quando observamos os aliados com os quais o Brasil vem se juntando (Estados Unidos então de Trump e Hungria, por exemplo). A Hungria fez grande pressão para que o Alto Comissário anterior, Zeid Hussein, renunciasse, tendo em vista seus pronunciamentos muito fortes contra as posições húngaras de Viktor Orbán a respeito de migração, por exemplo (DEUSTCHE WELLE, 2018).

Trump tirou os EUA do Conselho de Direitos Humanos da ONU e avisou que faria isso (HERNANDEZ, 2017, 2018). Depois de sair, lembrou sua audiência na Assembleia Geral da ONU que faria isso, pelos mesmos motivos que Bush, em 2006, não entrou no Conselho de Direitos Humanos em virtude de um foco visto como exagerado sobre Israel (HERNANDEZ; ALBRES; MACEDO, 2013).

Outra notícia que evidencia a política externa brasileira atual é um esforço desconstrutivo, ou seja, como uma desconstrução proposital, uma desconstrução estratégica, deliberada; por isso o Brasil integra o *backlash*, pois é uma resistência deliberada, não é uma mera discordância pontual ou

aleatória. O Valor Econômico (2019) noticiou que Bolsonaro se pronunciou em um jantar em Washington, em 2019, dizendo explicitamente que ele precisava desconstruir muita coisa, ele diz “que o sentido do seu governo não é construir coisas para o povo brasileiro, mas sim desconstruir”, “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para nosso povo, desfazer muita coisa”. Assim, esse esforço que se observa não apenas na política externa em direitos humanos (vemos também na política ambiental, tanto externa, quanto interna) é de aumento de potencial de exploração e de ganhos materiais mais altos, de lucros maiores que são só possíveis graças aos esforços desconstrutivos ou destrutivos de direitos, proteções e garantias. E esse esforço sistemática passa pela deslegitimação política, mas também pelo constrangimento orçamentário.

Irei tratar apenas de algumas informações pontuais sobre isso⁶. Quando afirmo, as assimetrias da própria ONU: aponto que a ONU é organizada sob a égide da Paz e Segurança, um outro pilar é o Desenvolvimento e um outro pilar é o de Direitos Humanos, mas o pilar de direitos humanos é o que recebe apenas 3,7% do orçamento regular da ONU. Pois, é o pilar que possui maior capacidade de constrangimento aos Estados, que pode jogar luz sobre violações, que pode jogar luz em como determinado governo trata sua própria população, então não é à toa toda essa animosidade contra o sistema de direitos humanos pelo governo Bolsonaro. E com o passar do tempo, cada vez mais o sistema de direitos humanos passou a depender de orçamento voluntário/marcado.

Quando o orçamento é regular significa que o Estado doa e a ONU lida com esse dinheiro da forma que for preciso. Quando o montante é derivado de doação ele costuma vir marcado, ou seja, o Estado direciona, estipula, “carimba” para onde ele quer que vá o dinheiro. Isso faz com que haja projetos que recebem muito menos atenção que outros.

Em 2019, por exemplo, cerca de 63% das atividades de direitos humanos vieram dessas doações voluntárias, isso não é um dado meramente orçamentário ou contábil, uma maneira de conseguirmos olhar confrontos políticos ou tendências políticas é olhar de onde vem o dinheiro e para

⁶ Para informações completas: <https://www.ohchr.org/en/aboutus/pages/fundingbudget.aspx>.

onde ele está indo e, nesse sentido, podemos observar que o Brasil não fez nenhuma doação voluntária. Essa animosidade, que muitas vezes podemos chamar de táticas diversionistas, não é apenas isso, existe uma real intenção de estrangular materialmente o sistema.

Os Estados Unidos da América contribuíram, mas 100% das doações foram carimbadas, sendo essa mais uma estratégia com intenção material⁷. Eu trouxe mais uma notícia e nela podemos ver que o ministro Rogério Marinho articulou no Congresso e ficou com 1.2 bi do Itamaraty, justamente a verba que era destinada a pagar contas do Brasil com os organismos internacionais como a ONU e a OEA, ou seja, na hora da disputa por recursos, o dinheiro que cai, aquele que se perde é justamente aquele que financiaria esse sistema (ONU) ou o sistema regional da OEA (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Tratei de uma crise normativa e de uma crise institucional e agora, por fim, tratarei da crise **multilateral** propriamente dita, isto é, aquela que se relaciona com o espaço no qual os Estados efetivamente se encontram, votam e fazem proposições, e aí podemos visualizar um desengajamento multilateral em diferentes níveis. Nesse sentido, é incontornável fazer alguma menção aos EUA. E por que eu estou fazendo menções constantes aos Estados Unidos? Primeiro, porque a política externa brasileira estava (tendo em vista a recente vitória de Biden) em um alinhamento automático e nem é com os Estados Unidos, mas em um alinhamento automático com o governo Trump.

Os Estados Unidos saem do Conselho de Direitos Humanos em apoio a Israel em 2018, e a partir disso o Brasil se torna uma espécie de preposto dos EUA dentro do Conselho. O Brasil não abandona o órgão, mas começa a vocalizar e defender posições conservadoras, retrógradas e até cruéis, ressoando visões da extrema-direita norte americana. Na época de campanha no Brasil, em agosto de 2018, Bolsonaro disse que cometeu um ato falho e que se fosse eleito ele sairia da ONU e, para se corrigir, ele disse: “Em Resende eu não falei conselho, houve um ato falho meu aí já se começou dizendo que eu sairia da ONU. Eu jamais pensaria em sair da

⁷ Ver a seção *Funding* no Relatório 2019 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos: <https://www2.ohchr.org/english/OHCHRreport2019/>.

ONU. É sair do Conselho de Direitos Humanos da ONU” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Só que não saiu, não só não saiu, como se tornou, como já dito, um preposto para veicular e para ressoar e vocalizar opiniões e visões extremamente conservadoras dos Estados Unidos e dessa articulação que incluem Hungria, Egito, Indonésia esse clube que o Brasil passou a integrar no governo Bolsonaro.

Para ilustrar mais essa crise multilateral, eu poderia ainda mostrar como o Brasil vem votando contra a saúde da mulher, contra questões LGBTQIA+, e sempre privilegiando um entendimento de família tradicional de apenas um homem e uma mulher. Eu poderia mostrar como o Brasil vem votando nas últimas resoluções e declarações propostas, mas eu decidi iluminar uma coisa que ainda é pouco iluminada em nosso debate.

O que o governo Bolsonaro está fazendo, além de se juntar a uma coalizão de governos extremamente retrógrados, anti-democráticos e anti-populares, além de ser um contraponto aos esforços pró-direitos humanos de outros Estados ou da própria ONU, ele vem sistematicamente contestando o lugar das organizações da sociedade civil. E a literatura de Direitos Humanos durante muito tempo e, mesmo em um debate público quando a gente pensa em uma ONG que atua nas instâncias de direitos humanos da ONU ou da OEA, quase que intuitivamente a gente pensa que é uma ONG pró-direitos humanos, claro. Entretanto, o que a gente vem observando, no caso do Brasil (tal como ocorre em vários países não-democráticos, como o Egito), é o uso do aparato do governo (inclusive o gabinete de segurança institucional e a ABIN) para monitorar aqueles que são os ativistas brasileiros tradicionais do campo ambiental e de direitos humanos.

O jornal Estadão (2020b), afirmou “Carta assinada por 162 entidades civis cobra providências da ONU contra ação da ABIN”, ou seja, ativistas que se viram vigiados e monitorados na sua atuação na cúpula do clima nas Nações Unidas. De um lado, portanto, vemos que se dificulta a atuação das organizações tradicionais do campo de direitos humanos do Brasil (não apenas de direitos humanos especificamente, mas de direitos de modo mais amplo, como MST e MTST) e, de outro lado, vemos o governo federal incentivando a atuação internacional de ONGs como a Anajure, já mencionada anteriormente (THE INTERCEPT, 2020). A Anajure

já está na OEA e, ainda que não como ONG credenciada, já participa também de reuniões do comitê da ONU em Genebra. Ela atualmente peticiona junto à Corte Interamericana com a Amicus Curiae no caso sobre ensino religioso, já submete relatórios sobre liberdade religiosa para os procedimentos especiais da ONU⁸. Isso também integra a estratégia da política externa brasileira atual.

Não se trata apenas, portanto, das posições internacionais que o Brasil toma ou defende em matéria de direitos humanos, mas também quais atores são privilegiados ou enfraquecidos, inclusive internamente. Pois sabemos que esse campo de ativistas da área de direitos humanos e de movimentos sociais são justamente uma das bases de oposição ao governo Bolsonaro, não são a base de apoio. Nesse sentido, ele está usando justamente o Araújo, o MRE está usando a política externa para fazer isso, para enfraquecer a resistência interna e fortalecer a base eleitoral doméstica.

Um outro exemplo de alinhamento conservador no qual o Brasil está inserido, especialmente quando vamos falar da questão da saúde da mulher ou de direitos LGBTQIA+, tem integrantes como a Liga dos Estados Árabes, a Organização da Conferência Islâmica, a Santa Sé, todos atores que baseiam suas posições em postulados religiosos, que, muitas vezes, dialogam com as preferências e valores da base eleitoral do governo Bolsonaro.

O Brasil vem se juntando a esses atores para contestar avanços, inclusive dentro da OMS, dentro da UNESCO, e não apenas dentro dos órgãos de direitos humanos especificamente. Mas também vem se articulando com ONGs extremamente conservadoras da extrema-direita norte-americana, como *Family Watch International*, que já conquistou o status consultivo nas Nações Unidas, e que vem sempre ao Brasil. Em 2015 eles participaram de um seminário dentro da Câmara de Deputados (GAZETA DO POVO, 2015). A Anajure, portanto, não está fazendo isso de maneira errática, tem toda uma estratégia de inspiração em outras organizações que já chegaram ali e que pretendem chegar disputando o lugar discursivo também daquilo que convencionamos chamar de organizações da sociedade civil, que historicamente era um lugar mais

⁸ Para a atuação internacional da Anajure: <https://anajure.org.br/categorias/anajure-internacional/>.

pró direitos humanos no Brasil, pelo menos nas instâncias organizadas do ponto de vista internacional.

Então temos o *human rights backlash* na ONU com a cara do Brasil: contestando e ressignificando a linguagem de direitos humanos; deslegitimando politicamente as instâncias de direitos humanos; uma política externa que trabalha para constranger do ponto de vista orçamentário as instâncias de direitos humanos; que se desengaja das instâncias multilaterais e, quando não se desengaja, serve de preposto para o governo Trump. Assim, o meu principal argumento é que essa política externa está a serviço de um processo de retrocesso das instâncias de direitos humanos da ONU com sérias consequências internas tanto eleitorais, como sociais e até econômicas na distribuição de recursos internos na garantia de direitos como saúde e educação etc. Claro que tudo isso pode sofrer um nível de modificação com essa mudança recente nos EUA, ainda que Biden esteja muito longe de ser um líder de esquerda. Mas é uma mudança de posição importante tendo em vista que o Brasil tomou uma opção de um alinhamento automático ao governo Trump, que não se reeleger.

O cenário que vem por aí não conseguimos saber e eu não consigo fazer um exercício de futurologia aqui, mas pelo menos um pouco disso que mostrei pode mudar justamente com a mudança de governo nos Estados Unidos (Biden substituindo Trump). Mas os tempos atuais demandam muita cautela com previsões...

REFERÊNCIAS

ASANO, Camila; CORREA, Sonia; KANE, Gillian. Aliança antiaborto proposta pelos EUA com apoio do Brasil afronta direito das mulheres. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/alianca-antiaborto-proposta-pelos-eua-com-apoio-do-brasil-afronta-direitos-das-mulheres.shtml>. Acesso em: 23 out. 2020.

CHADE, Jamil; TREVISAN, Maria Carolina. Com pé no Brasil, lobby antiaborto dos EUA gastou R\$1,6 bi pelo mundo. *UOL*, São Paulo, 29 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/29/lobby-antiaborto-e-pro-familia-dos-eua-gastou-r-16-bi-em-aco-es-pelo-mundo.htm>. Acesso em: 01 nov. 2020.

COMMISSION ON UNALIENABLE RIGHTS. *Report of Commission on Unalienable Rights*. 2020. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2020/07/Draft-Report-of-the-Commission-on-Unalienable-Rights.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. “Que sejamos pária”, afirma Ernesto Araújo sobre o papel do Brasil no Mundo. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2020/10/4884035-se-falar-em-liberdade-nos-faz-paria-internacional-que-sejamos-esse-paria-diz-ernesto-araujo.html>. Acesso em: 24 out. 2020.

DEUTSCH WELLE. *Hungary demands resignation of UN Human Rights Chief*. 27 fev. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/en/hungary-demands-resignation-of-un-human-rights-chief/a-42751804> Acesso em: 14 jun. 2018.

ÉPOCA NEGÓCIOS. *China trava adesão de entidade evangélica a Comitê da ONU*. 21 jan. 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2020/01/epoca-negocios-china-trava-adesao-de-entidade-evangelica-brasileira-a-comite-da-onu.html>. Acesso em: 27 out. 2020.

ESTADÃO. *Helena admite que ABIN monitorou maus brasileiros na Conferência do Clima da ONU*. 16 out. 2020a. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,helena-admite-que-abin-monitorou-maus-brasileiros-na-conferencia-do-clima-da-onu,70003478088>. Acesso em: 17 out. 2020.

ESTADÃO. Carta assinada por 162 entidades civis cobra providências da ONU contra ação da ABIN. 29 out. 2020b. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,carta-assinada-por-162-entidades-civis-cobra-providencias-da-onu-contra-acao-da-abin,70003493860>. Acesso em: 30 out. 2020.

FINNEMORE, M.; BARNETT, B. *Rules for the world: International organizations in global politics*. Cornell University Press: Ithaca, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Bolsonaro diz que cometeu ato falho e que jamais pensou em sair da ONU*. 20 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-diz-que-cometeu-ato-falho-e-que-jamais-pensou-em-sair-da-onu.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Marinho articula no Congresso e fica com R\$1,2 bi do Itamaraty*. 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/marinho-articula-no-congresso-e-fica-com-r-12-bi-do-itamaraty.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FONSECA, Gelson. *O interesse e a regra: ensaios sobre o multilateralismo*. São Paulo: Paz & Terra, 2008.

GAZETA DO POVO. *Entidades em defesa da família conquistam espaço na ONU*. 06 nov. 2015. Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/entrevista/entidades-em-defesa-da-familia-conquistam-espaco-na-onu/>. Acesso em: 19 out. 2020.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho Hernandez. Bachelet e Bolsonaro: obviedades, desumanidades e alertas. *Estadão*, São Paulo, 13 set. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/bachelet-e-bolsonaro-obviedades-desumanidades-e-alertas/>. Acesso em: 14 set. 2019.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. O cartão amarelo de Trump para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. *Nexo*, São Paulo, 8 ago. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/O-cartao-amarelode-Trump-para-o-Conselho-de-Direitos-Humanos-da-ONU>. Acesso em: 22 nov. 2018.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. O cartão vermelho de Trump para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. *Estadão – Blog Fausto Macedo*, 20 jun. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-cartao-vermelho-de-trump-para-o-conselho-dedireitos-humanos-da-onu/> Acesso em: 23 nov. 2018.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho; ALBRES, Hevellyn; MACEDO, Gustavo. De Bush a Obama: a dotação orçamentária dos EUA para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 131-150, 2013.

HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie. *Human rights futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

O GLOBO. *ONGs reagem a MP que dá poder de monitoramento ao governo*. 09 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ongs-reagem-mp-que-da-poder-de-monitoramento-ao-governo-23358524> . Acesso em: 13 jan. 2019.

ONU NEWS. *Em discurso na ONU, Jair Bolsonaro pede combate à ‘crisofobia’*. 22 set. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1727002>. Acesso em: 29 set. 2020.

OPENDEMOCRACY. *Revealed: \$280m ‘dark money’ spent by US Christian right groups globally*. 27 out. 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/5050/trump-us-christian-spending-global-revealed/> Acesso em: 29 out. 2020.

RODRIGUES, João Paulo Ribeiro; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 32, p. 207-248, maio/ago. 2020.

THE INTERCEPT. *Os superpoderes da Anajure, a associação de juristas evangélicos que quer um Brasil teocrático*. 18 out. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/10/18/anajure-juristas-evangelicos-brasil-teocratico/>. Acesso em: 26 out. 2020.

VALOR ECONÔMICO. *Nós temos é que desconstruir muita coisa, diz Bolsonaro durante jantar*. 18 mar. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.gh.html>. Acesso em: 19 mar. 2019.

